


RESOLUÇÃO Nº 19/REIT - CEPEX/IFRO, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.014071/2020-94;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 13/11/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1077722** e o código CRC **2AAB2C2C**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº19, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
 DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Modalidade: a Distância

Porto Velho – RO
 2020

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
End.:	Av. Tiradentes, 3009 - Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76821-001
Fone:	(69) 2182-9600	Fax:	(69) 2182-9600
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br		

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite.

Pró-Reitor de Ensino: Edslei Rodrigues de Almeida.

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior.

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis.

Pró-Reitora de Administração e Planejamento: Jessica Cristina Pereira Santos.

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Gilberto Paulino da Silva .

Diretor de Educação a Distância: Aloir Pedruzzi Junior.

1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE		
CNPJ:	10.817.343/0007-92		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3801		
E-mail:	campusportovelhozonaorte@ifro.edu.br		

1.3. CORPO DIRIGENTE

Dirigente Principal da Instituição de Ensino			
Cargo:	Diretora-Geral do <i>Campus</i>		
Nome:	Ariadne Joseane Félix Quintela		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800		
E-mail:	ariadne.joseane@ifro.edu.br		

Diretor de Ensino			
Cargo:	Diretor de Ensino		
Nome:	Valdeson Amaro Lima		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800		
E-mail:	valdeson.lima@ifro.edu.br		

1.4. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina, por Paulo Wollinger e Olivier Allain, com os Colaboradores: Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Costa Arrevabeni, Danielli Veiga Carneiro Sondermann, Wesley Vitor da Silva. Posteriormente, adequado por uma comissão local, designada pela Diretora-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 233, de 13 de outubro de 2020, cujos membros constam no quadro abaixo:

N.º	Nome	Titulação
1	Jéssica Holanda Renda	Graduada
2	Maray del Carmen Silva Rodrigues	Mestre
3	Marcel Leite Rios	Mestre
4	Marialva de Souza Silva	Especialista
5	Patrícia Feitosa Basso Miranda	Mestre
6	Telma Fortes Medeiros	Mestre

1.5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, porém;
- 2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;
- 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011;
- 2011: implantação de Polos de Educação a Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: instalação de 12 polos EaD;
- 2014: expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;
- 2015: convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais para oferta de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio;
- 2016: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia com nota 4;
- 2017: implantação do *Campus* de Jaru;
- 2018: Autorização de funcionamento do *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé, devidamente autorizado a funcionar pela Portaria nº 1.429, de 28 de dezembro de 2018.

O Instituto Federal de Rondônia está investindo, substancialmente, na ampliação dos *campi* e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação e 24 polos de educação a distância. Já tendo formalizado termo de cooperação com o governo estadual para o atendimento de mais 176 polos de EaD. Atualmente conta com 52 polos, sendo 6 desses polos em parceria com UAB no estado de Rondônia, e outros 6 polos distribuídos nos estados da Paraíba e Pernambuco.

1.6. HISTÓRICO DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *campus* avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, iniciaram-se as atividades de planejamento e implantação da unidade oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus*.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *campus* avançado a *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO.

A partir do segundo semestre de 2011, passou a ofertar cursos técnicos a distância pelo sistema presencial-virtual, via satélite, pela Rede e-Tec Brasil, resultado do projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Inicialmente, foram ofertados os seguintes cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração, Serviços Públicos e os quatro do Programa Profucionário: Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Com início das atividades próprias, em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte passou a ofertar outros dois cursos técnicos: Informática para a Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, o *Campus* passou a ofertar os primeiros cursos na modalidade EaD: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade. Alcançou, de imediato, 1.200 alunos em 12 polos EaD. Desta forma, o *Campus* ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos, além de também ofertar o curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, por meio da parceria com o IFPR. Estes cursos atenderam a 12 municípios, em seis *campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis polos EaD (Buritiz, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

Em 2014, o *Campus* ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos polos EaD – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e no distrito de Extrema (Porto Velho).

A partir de 2017, iniciou a oferta dos cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão Comercial. Em 2018, iniciou o curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em relação aos cursos de pós-graduação, o *campus* teve sua primeira oferta iniciada em 2015, com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD. A partir de 2017, passou a ofertar o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública. No segundo semestre de 2018, também passaram a serem ofertados os Cursos: de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Educação a Distância e o de Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em Planejamento Estratégico no Setor Público, ambos na modalidade EaD. No segundo semestre de 2019, o *Campus* passou a ofertar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Cooperativas e no primeiro semestre de 2020 passou a ofertar o Curso de Pós-graduação em Gestão de Instituições Públicas, ambos na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para a educação e, ainda, a utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender às mais diversas regiões do Estado, criando condições de inserção, permanência e ascensão das comunidades no mercado de trabalho.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

2.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Modalidade: a distância

Área de Concentração: Educação

Área de Avaliação/subárea: Ensino Profissionalizante

Habilitação: Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Carga Horária: 460 horas.

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: portadores de diplomas em cursos reconhecidos pelo MEC, que não possuem licenciatura ou formação pedagógica e que possuam interesse em atuar na Educação Profissional.

Vagas: 350, distribuídos entre os Polos UAB de Rondônia.

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Prazo para integralização do Curso: mínimo de 12 meses e máximo de 24 meses.

2.2. JUSTIFICATIVA

Este projeto tem ancoragem no EDITAL CAPES Nº 05/2018 que teve por objeto selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores conforme Decreto 8.752, de 9 de maio de 2016 em parceria com a SETEC/MEC, no OFÍCIO-CIRCULAR Nº 105/2020/GAB/SETEC/SETEC-MEC e na NOTA TÉCNICA Nº 69/2020/CGPA/DPR/SETEC/SETEC.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais, preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento desta modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão, soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, ampliará as ações empreendedoras, agregará valor a produtos e serviços, melhor elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

Os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matriculas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matriculas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura

educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e especialmente sintonizado às demandas formativas dessa modalidade.

O presente curso, insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuam na Educação Profissional no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, consequentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

2.3. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo ao qual se destina o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica compreende os portadores de diplomas em cursos reconhecidos pelo MEC, que não possuem licenciatura ou formação pedagógica e aos demais graduados que possuam interesse em atuar na Educação Profissional.

2.4. FORMA DE INGRESSO

As formas de ingresso serão definidas via edital público, em que constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

2.5. OBJETIVOS

2.5.1. Objetivo Geral

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica será financiado pelo Ministério da Educação e objetiva capacitar profissionais da educação da rede estadual dos entes federados para lecionar nas ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio

2.5.2. Objetivos Específicos

- Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre a educação profissional e tecnológica como campo de estudo, articulando o conceito de trabalho como princípio educativo e integrador de currículo, indissociando os conteúdos de formação geral e específicos da formação profissional;
- Oferecer formação pedagógica com foco na Educação Profissional e Tecnológica;
- Apropriar e consolidar concepções didático-pedagógicas em metodologias ativas aplicadas à educação profissional e tecnológica;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes às atividades da docência, da intervenção didático-pedagógica, da extensão tecnológica, da pesquisa e da gestão de processos educativos voltados ao campo da EPT.
-

2.6. PERFIL DO EGRESSO

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.

2.7. MODALIDADE

O curso será ofertado na modalidade de educação a distância, sendo que poderão ocorrer encontros virtuais para aulas e avaliação do TCC, em conformidade com o estabelecido em calendário de curso, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

A proposta pedagógica do curso deve refletir os princípios de formação profissional e humana com base no projeto de sociedade, nos objetivos e no perfil do egresso, que se encontram amparados na Constituição Federal de 1988 e na legislação educacional brasileira. Com base nestes princípios norteadores, apresentamos a concepção pedagógica.

3.1. FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E PARA A TÉCNICA: CONCEPÇÕES BASILARES

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. Trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação. Desdobra-se em cultura e garante a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se **técnica**. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a esta definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foram empregadas para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas, de modo que Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

3.2. DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnologia), métodos, entre outros.

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação”

(PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia, etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades as extrapolam. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isto. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos, entre outros.

3.2.1. Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito, etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceitualização que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não pára de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin et al (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do electricista ou do pedreiro revelam ainda um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, onde o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26): os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou

aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países, etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

3.2.2. Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

3.2.3. A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

3.2.4. Princípios Educacionais

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- O trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana.
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional.
- Pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional.
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência.
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações.
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática.

- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana.
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando a formação profissional e a transformação social.
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional.
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EP.
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular.
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional.
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir.
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante.
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional.

3.3. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O curso de pós-graduação tem duração mínima de 460 (quatrocentos e sessenta) horas, nestas computado o tempo de estudo individual ou em grupo – sem assistência docente – e o reservado para elaboração individual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O curso será ofertado a distância e está organizado em nove disciplinas e o Trabalho de Conclusão de Curso, sendo disponibilizado na sequência da matriz curricular, contemplando um único módulo.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), estarão as atividades a serem desenvolvidas, os materiais, comunicados, notas e acesso para comunicação entre alunos e tutores a distância. Poderão ocorrer encontros virtuais para aulas e avaliação do TCC, em conformidade com o estabelecido em calendário de curso, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Haverá atendimento remoto, com a utilização de ferramentas específicas do AVA, para sanar dúvidas de conteúdo, por parte dos tutores, e dúvidas quanto às questões técnico administrativas, por parte da equipe de apoio ao aluno. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

A estrutura é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação e com uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário:

- I - acesso aos materiais disponibilizados no AVA;
- II - estudos a distância e cumprimento das atividades de percurso;
- III - realização de avaliações virtuais;
- IV - trabalho de conclusão de curso;
- **Webaulas:** a qual o aluno poderá assistir a partir de seu próprio computador.
- **Ambiente Virtual de Aprendizagem:** neste espaço o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, bem como poderá interagir com o professor e demais colegas;
- **Estudos a distância:** os estudos a distância estarão apoiados nas atividades de percurso, avaliações e no aprofundamento por meio de materiais de apoio – atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do AVA;
- **Avaliações:** são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso; haverá avaliações em cada disciplina da grade. As avaliações presenciais/virtuais seguirão dias e horários especificados em calendário;
- **TCC:** Durante o curso, os cursistas serão orientados a desenvolver o Trabalho de Conclusão do Curso, que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante. Os resultados serão qualificados e quantificados, com notas variando em uma escala de 0 a 100, estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 60 pontos.
- **Equipe de Apoio:** para auxiliar em questões acadêmicas (secretaria e acesso ao ambiente).
- **Tutoria:** compreende o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento e selecionando material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, assistir os alunos nas atividades; acompanhar as atividades do AVA;

O percurso formativo compreende as seguintes atividades educativas:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- vídeoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério do docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;

- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material didático, de caráter público, conforme deliberação da Setec/MEC, constará de textos elaborados pelos professores conteudistas, com o máximo de figuras, gráficos, tabelas, hiperlinks ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas. Os professores formadores serão selecionados por meio de edital de seleção.

Neste Projeto o professor formador irá utilizar o material didático a ser usado na disciplina, preparar as avaliações, participando de atividades letivas durante a implementação da disciplina, de interações síncronas, de supervisão de tutores, de solução de dúvidas e de procedimentos nas atividades discentes e avaliativas.

Este curso terá cinco etapas de atividades letivas, agrupando disciplinas para que atuem de forma interdisciplinar, inclusive com avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, exercitando os princípios da educação por competência, conforme as DCN da Educação Profissional:

1ª Etapa: O curso se iniciará com a disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA . Com duração de três semanas, garantindo o domínio pleno do AVA, esta disciplina deverá capacitar os tutores a distância para suporte aos alunos durante o curso.

2ª Etapa: Nesta etapa serão oferecidas simultaneamente duas disciplinas: “Epistemologia da Educação Profissional” e “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Estas disciplinas realizarão atividades avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

3ª Etapa: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional” serão oferecidas simultaneamente nesta etapa. Estas disciplinas realizarão atividades avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

4ª Etapa: “Projeto Pedagógico na Educação Profissional” e “Práticas Inclusivas na Educação Profissional” Serão ofertadas simultaneamente nessa etapa. Estas disciplinas realizarão atividades avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

5ª Etapa: “Pesquisa e Extensão Tecnológicas”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras” serão ofertadas em conjunto na última etapa do curso, como o cronograma permitirá maior tempo para esta etapa, acreditamos que o aluno terá condições de realizar sua intervenção pedagógica com facilidade. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas e Libras esteja acontecendo, os alunos possam preparar suas intervenções educativas na EPT.

3.3.1. Estratégias de ensino previstas para o curso

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações. Dessa forma, a interação professor/aluno deve ser compreendida como um aspecto fundamental da organização escolar.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, dentro das opções dadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo que neste espaço o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina;

3.3.2. Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início, e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando esses apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

1. Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;
2. Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico e responsável por alunos;
3. Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
4. Promover as reuniões do Colegiado de Curso e demais representantes do ensino, bem como fazer os planejamentos necessários, fazer levantamentos, manter estatísticas atualizadas e ter sob controle dados acadêmicos e curriculares, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
5. Promover reuniões periódicas com docentes, pessoal de apoio e discentes para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos em sala de aula;
6. Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
7. Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;
8. Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
9. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno em relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-lhe técnicas e métodos diversos para aprender. O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver

os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

3.3.3. Estratégias de flexibilização curricular

A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. No curso de pós-graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, as avaliações serão realizadas de forma a romperem com a hierarquia e a verticalidade presentes nos modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, sendo o discente considerado sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, passando a ocupar uma posição mais crítica diante das metodologias utilizadas, desenvolvendo habilidades e atitudes para ser capaz de atuar como gestor de organizações.

As avaliações são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso, sendo que haverá avaliações em cada disciplina da grade. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário.

As estratégias para atendimento dos alunos com necessidades específicas serão realizadas em parceria com o NAPNE para um melhor atendimento e viabilidade do curso, mediante demanda específica apresentada.

3.3.4. Atividades de tutoria

Os tutores administrativos auxiliam os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas.

Os tutores das disciplinas esclarecem dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Têm a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, tais como: promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; assistir aos alunos nas atividades e acompanhar as atividades do AVA.

3.3.5. Outras atividades previstas para o curso

As principais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem serão as ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, podendo envolver teleaulas, fóruns, tarefas, chats, glossários, questionários, wikis, entre outros.

3.4. ESTRUTURA CURRICULAR

O *Campus* Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, por meio do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, proporcionará uma experiência reflexiva acerca das temáticas que envolvem a Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando um espaço de interlocução entre os saberes, oportunizando um espaço de reconhecimento das competências necessárias para a docência, incluindo a apropriação de procedimentos metodológicos que poderão contribuir para a prática profissional e que possam potencializar o fazer docente em sala de aula.

Os componentes curriculares do curso foram organizados em três dimensões, a saber:

- 1) Fundamentos da EPT, contemplando as disciplinas: Ambientação em Educação a Distância, Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica, e Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica;
- 2) Didática e Tecnologias educacionais em EPT, contemplando as disciplinas: Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e Didática Profissional;
- 3) Planejamento e inclusão em EPT, contemplando as disciplinas: Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, Pesquisa e extensão tecnológicas, e Libras.

A divisão nas dimensões propostas tem como principal objetivo capacitar o aluno ingressante, a partir do contato com os conceitos mais profundos, para o exercício profissional, ético e humanístico, ampliando e aprofundando os conhecimentos de formação em EPT.

Apesar dessa divisão, os componentes foram organizados de forma sequencial, progressiva e dialógica.

3.5. MATRIZ CURRICULAR

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* são regulados por normatizações da Secretaria de Educação Superior (SESU), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A observância a essas normas é condição necessária para assegurar a titulação dos participantes e concepções de formação que orientam o currículo e as formas de desenvolvê-lo.

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do IFRO está estruturado em nove disciplinas curriculares, além do TCC, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Matriz Curricular

Período	Componentes curriculares	Carga Horária
Módulo 1	Ambientação em Educação a Distância	20
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	60
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	60
	Didática Profissional	60
	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	60
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	40
	Pesquisa e extensão tecnológicas	40
	Libras	20
	Trabalho de Conclusão de Curso - Intervenção Pedagógica	40
TOTAL		460

3.6. AVALIAÇÃO

3.6.1. Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão na perspectiva da regulação da aprendizagem (PERRENOUD, 2010) e a apropriação do conhecimento.

A avaliação, como processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem:

Entendida como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, sendo um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, cujo papel é diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, com foco na garantia da qualidade de ensino (PDI, 2018, p.62).

Na educação a distância, o modelo de avaliação do estudante deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes observáveis no contexto da EaD, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Nos encontros virtuais, serão utilizados, principalmente, métodos e instrumentos como observação, provas/testes individuais e coletivos e o desenvolvimento de projetos.

Desta forma, as avaliações ocorrerão ao longo de cada componente curricular, quando serão avaliadas as competências que os estudantes estão desenvolvendo; serão feitas por meio da participação em atividades previstas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nas avaliações virtuais.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas, numa escala de zero a 100. Estarão aprovados os estudantes que obtiverem uma média final igual ou superior a 60 pontos, conforme determina a Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRO.

Nessa perspectiva, e considerando o que preconiza o art. 55, inciso III da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, o sistema de avaliação será somativo; serão distribuídos ao longo da disciplina em atividades e avaliações, totalizando 100 pontos – com exceção do TCC. Será considerado aprovado o cursista que obtiver a média de 60 pontos.

Poderá haver, conforme prevê o § 1º do art. 56 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, instrumentos de avaliação, com vistas ao aprimoramento do processo ou recuperação de estudos, incluindo-se provas escritas e orais, testes, debates, relatórios, dissertações, experiências, práticas, demonstrações, projetos, monografias, exercícios, tarefas, participação em fóruns e outros.

3.6.2. Avaliação do Curso

A avaliação do curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que reafirmem a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

A avaliação do curso tem o objetivo de identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes relacionadas ao corpo docente, às tecnologias utilizadas e à organização didático-pedagógica. Assim, as dimensões de avaliação do curso são avaliação de desempenho dos tutores/professores e a avaliação da coordenação.

A avaliação de desempenho dos tutores/professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular e em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, entre outros.

A avaliação da coordenação será feita pelos estudantes e por todos os professores que atuam no curso; será avaliada a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

Na avaliação do curso, é necessário considerar os sujeitos envolvidos no processo, mas também os recursos midiáticos aplicados, como o AVA, o material didático e as webaulas.

A avaliação do curso será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário ou outro meio que julgar pertinente, a ser aplicado aos estudantes ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis a toda equipe envolvida no processo, visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

3.7.1. Procedimentos de elaboração e critérios de avaliação do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória, a ser desenvolvido após aprovação em todas as disciplinas constantes na matriz curricular, cujo foco será identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

Para a realização do TCC, quando este envolver seres humanos nas atividades de pesquisa, será competência do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, conforme determina o Art. 1º da Resolução nº 75/CONSUP/IFRO, de 24 de novembro de 2016, apreciar preliminarmente o respectivo projeto a ser executado.

Segundo o artigo 40, parágrafo segundo, alínea I da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que trata da formação docente para a EP:

I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de final de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

O presente projeto estabelece que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seja um projeto de intervenção na prática docente aprovado por banca examinadora, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante. Será disponibilizado material e a capacitação dos coordenadores locais com acompanhamento local, com a seguinte estrutura mínima:

- será disponibilizado, para o Trabalho de Conclusão de Curso, material para elaboração do projeto de intervenção. Onde cada discente escolherá um curso de EPT ofertado por uma escola técnica e contatará o coordenador do curso e um docente para entrevistar sobre os desafios da EPT;
- este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;

- o aluno deverá inserir no AVA seu projeto de intervenção, relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação.

O TCC, a critério do professor orientador, poderá ser apresentado presencialmente/virtualmente, quando ofertado no *Campus* Porto Velho Zona Norte, ou a distância, nos polos credenciados do IFRO, caso sua oferta seja estendida a outras localidades.

Para a apresentação do TCC, o agendamento deverá ser feito pelo orientador, após a conclusão do trabalho, dentro do prazo estabelecido para a integralização do curso, conforme calendário vigente. Devendo seguir o que prevê a Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, DE 06 DE AGOSTO 2015 e suas alterações, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.8. INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

A inclusão educacional O IFRO *Campus* Zona Norte Porto Velho não faz distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais, pois a educação é direito tanto das pessoas com necessidades especiais motoras, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos, como: os indígenas, os quilombolas e outros em situação de vulnerabilidade.

Os alunos que se enquadrarem nos diferentes grupos de pessoas excluídas e marginalizadas, para a sua permanência no curso, contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), da Equipe Multiprofissional e da Coordenação de Assistência ao Estudante, sendo elas as contempladas pelo Decreto nº 7.611/11, cujas necessidades educacionais se originam em função de: deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade; altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Com a expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFRO, *campus* Porto Velho Zona Norte, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (de acordo com o Art. 205, 206 e 208 da CF/88; NBR 9050/2004 da ABNT; Lei nº 10.098/2000; Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social.

Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012), o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado, buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades específicas". Para tanto, algumas ações serão desenvolvidas:

- orientação ao corpo docente e discente quanto à acolhida e ao apoio necessário para a permanência da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- acompanhamento do acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o Transtorno Espectro Autista, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;
- atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com Transtorno Espectro Autista.

A Instrução Normativa 1/2018/PROPEP, trata sobre as Ações Afirmativas nos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu do Instituto Federal de Rondônia e define o percentual de vagas para os ingressantes nos cursos de pós-graduação, regulamentando as divisões de cotas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO 2018-2022), versa sobre a tecnologia assistiva, descrevendo que se trata de: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Algumas tecnologias assistivas que poderão ser trabalhadas no atendimento aos alunos que delas necessitarem são: materiais escolares e pedagógicos acessíveis, comunicação alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para mobilidade, localização, a sinalização e o mobiliário que atenda às necessidades posturais.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2018-2022), algumas ações podem ser desenvolvidas como estímulo à permanência e êxito do educando, podemos citar: cursos de nivelamento, aulas de recuperação paralela; reforço escolar; auxílio financeiro para alunos em vulnerabilidade socioeconômica; atendimento educacional especializado; atendimento biopsicossocial; serviço de orientação educacional, encaminhamento ao mercado de trabalho por meio da integração escola-empresa-comunidade; encaminhamento médico e odontológico; atividades esportivas e culturais; fortalecimento dos NAPNEs; projetos de pesquisa e extensão; e acesso aos laboratórios e bibliotecas equipadas com recursos multimídias, entre outras.

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022) relaciona os principais programas de assistência pedagógica, sendo eles: programas de assistência estudantil, plano de diagnóstico e nivelamento, mobilidade acadêmica, monitoria, dentre outros. O aluno conta, ainda, com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela, com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da Instituição de Ensino. No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento diário por parte da equipe da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do *Campus*, composta, atualmente, por Assistente de Alunos, Assistente Social, Pedagoga, Enfermeira e Intérprete de Libras, que dá suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos alunos.

A equipe multidisciplinar composta no *Campus* para atuação, baseia-se na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018 que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos: a. implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo; b. consolidar o apoio à formação acadêmica integral; c. contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais; d. reduzir as taxas de retenção e evasão; e. promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais. Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam a ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica através do Programa

de Auxílio à Permanência – PROAP e o Programa de Auxílio Moradia – PROMORE e compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros, através do Programa de Atenção à Saúde e apoio ao ensino, pesquisa e extensão – PROSAPEX.

A Diretoria de Ensino está à disposição também para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônicas de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo. Ainda poderão ser desenvolvidas outras ações como: atendimento educacional especializado, atendimento biopsicossocial, encaminhamento médico e odontológico, atividades esportivas e culturais, projeto de fortalecimento dos NAPNE's, entre outras.

3.9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Será disponibilizado um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Plataforma MOODLE. O AVA é um espaço na internet formado pelos sujeitos e suas interações e formas de comunicação que se estabelecem através de uma plataforma (BEHAR; PASSERINO e BERNADI, 2007, p. 06). O conceito de plataforma é aqui entendido como uma infraestrutura tecnológica que é constituída por funcionalidades e interface gráfica que compõe o AVA. Neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina. Neste sentido, o ambiente virtual onde ocorrerá a interação entre os sujeitos, a disponibilização dos recursos e atividades, os textos e vídeos será a Plataforma MOODLE, configurada conforme as necessidades específicas deste curso. Além dos recursos voltados para a interação e realização de atividades, serão postados os seguintes vídeos/textos no AVA: Vídeo de apresentação da disciplina, vídeo de orientações das atividades, textos em PDF que serão as leituras basilares das disciplinas, vídeos sugeridos pelos professores, postados na Estante de Vídeos, material instrucional elaborada pelo professor da disciplina.

3.9.1. **Multimeios Didáticos**

As aulas com Slides, por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão, possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som entre outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo, criando um contexto mais propício à aprendizagem.

3.9.2. **Recursos de Informática**

O *Campus* da Zona Norte dispõe de um conjunto de recursos de informática disponível para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação, sala do NDE. Disponibiliza 02 laboratórios de informática equipados com 40 e 35 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora, de maneira crescente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Também incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As dependências comuns da Instituição disponibiliza um serviço de wireless aos estudantes. As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados (as):

- a) internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- b) a comunicação por e-mail já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas; pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, pois o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados tanto para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;
- d) os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- e) nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga horária, online, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE);
- f) demais Ferramentas, de Acordo Com o Previsto nos Planos de Ensino.
- g) acessibilidade digital e comunicacional (AVA/Moodle; E-mail institucional; Portal do Aluno; Aplicativo IFRO Mobile; Site do IFRO/Página do *Campus*);
- h) acesso a materiais (AVA/Moodle; Repositório Institucional (em construção)).

3.9.3. **Ambiente Virtual de Aprendizagem**

O Instituto Federal de Rondônia dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE). O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é desenvolvido para garantir a interação entre os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, neste caso, alunos, professores, tutores e equipe pedagógica de acompanhamento. Em sua maioria, são softwares que estão disponibilizados na internet e possuem um conjunto de ferramentas para criar e gerir as atividades que normalmente seriam executadas de forma presencial.

O objetivo que envolve o AVA é, além de permitir o uso de diversos conteúdos multimídias, possibilitar a interatividade e interação entre alunos, professores, tutores e grupos, viabilizando a produção de conhecimento. Digitalizadas, as informações podem chegar a diversos lugares e a

diversos dispositivos (computador, tablet, celular etc.) de forma rápida, segura e organizada. Isso faz as pessoas produzirem e transmitirem saberes, disponibilizando-os na internet com um click.

3.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O Acompanhamento do egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica se dará conforme regulamentado na Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, sendo constituídas de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Serão realizadas pesquisas sobre inserção profissional e empregabilidade; levantamento de informações acerca do ensino ofertado pelo IFRO e sua adequação à realidade do mercado de trabalho e área de formação; pesquisa sobre inserção social enquanto atuação cidadã e formação humanística promovida pelo IFRO; promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas ao contato, atualização e envolvimento dos egressos.

3.11. CERTIFICAÇÃO

3.11.1. Certificação de Conclusão de Curso

O aluno que concluir as 9 (nove) disciplinas e o TCC distribuídos na matriz curricular com aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) pontos em cada componente, fará jus ao título de especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com carga horária de 460 horas.

O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

3.11.2. Certificação de Aperfeiçoamento

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no projeto pedagógico, e atingir o aproveitamento mínimo de 180 horas, no curso, fará jus ao certificado de Aperfeiçoamento em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, conforme o Art. 92 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

3.11.3. Certificação para Docente em exercício na EPT

O aluno com Certificado de Especialista emitido neste curso, estando em efetivo exercício da docência na Educação Profissional e Tecnológica, sendo portador de diploma de curso superior de tecnologia ou curso de bacharelado, sintonizados às formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 40 da Resolução CNE/CEB 06/2012. O requerimento de diplomação deverá seguir a regulamentação vigente no âmbito do Instituto Federal de Rondônia.

3.12. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelecem as normativas do IFRO e a legislação em vigor. Nesse sentido, poderá ocorrer o aproveitamento de disciplinas de acordo com a oferta do curso, considerando a realidade da instituição que as ofereceu e a análise realizada pela comissão coordenadora do curso, de acordo com a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, conforme as orientações contidas na Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

O aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

As disciplinas de pós-graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da coordenação de curso, juntamente com os professores da disciplina, conforme Art. 82 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

4. EQUIPE DE DOCENTES E TUTORES DO CURSO

4.1. REQUISITOS DE FORMAÇÃO

De acordo com o Regulamento geral de cursos de pós-graduação do IFRO e com a Resolução no 1 do Conselho Nacional de Educação - CNE de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. A equipe será selecionada por meio de edital de seleção.

4.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O curso contará com o suporte – quando ofertado por meio de parcerias, convênios ou outros financiamentos – de uma equipe multidisciplinar formada por supervisor pedagógico, revisor textual, tutores e outros profissionais necessários a fim de oferecer apoio pedagógico.

5. GESTÃO ACADÊMICA

Conforme o art. 9 da Resolução nº 08/2015/CONSUP/IFRO, a pós-graduação no IFRO está organizada em três níveis de gestão:

1. Coordenação Geral de Pós-Graduação PROPESP/Reitoria: fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pós-graduação do IFRO;
2. Coordenação de Pós-Graduação: fomentar e acompanhar as atividades da pós-graduação do *Campus*;
3. Coordenação de Curso: coordenar, fomentar, executar e acompanhar ações no âmbito do curso.

5.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

À coordenação do curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do curso, tendo em vista os regulamentos do IFRO e legislações nacionais sobre a pós-graduação;
- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no curso;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, com direito ao voto de desempate;
- Executar as deliberações do Colegiado e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*;
- Indicar, a partir de consulta ao colegiado e de acordo com as necessidades acadêmicas do curso, dentre os membros de seu Colegiado de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, um coordenador adjunto;
- Comunicar ao DEPESP qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do curso de Pós-Graduação *lato sensu*, bem como solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida à análise;
- Decidir sobre matéria de urgência do Colegiado após consulta aos seus pares;
- Planejar, com envolvimento de toda a equipe do setor as ações de cada exercício, tendo em vista as diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Implementar as ações do setor, seguindo as orientações da chefia imediata e as normas vigentes que regulam a matéria;
- Atender aos órgãos de controle interno e externo, no tocante às ações que estão sob a responsabilidade do setor;
- Acompanhar as atividades de rotina do curso e tomar as providências necessárias para garantia do cumprimento da carga horária, dos horários e da matriz curricular;
- Acompanhar o processo de registro escolar dos alunos, a matrícula, boletins, certificados, diplomas e outros documentos oficiais relativos aos alunos, junto com a coordenação de registros acadêmicos (CRA), bem como, o registro nos sistemas de regulação do ensino superior;
- Emitir parecer quanto aos assuntos relacionados à revisão de avaliação, avaliação em segunda chamada, aproveitamento de estudos, transferência, e outros assuntos específicos ao curso que coordena;
- Divulgar para a comunidade interna e externa, em articulação com a Coordenação de Comunicação e Eventos (CCOM), a natureza e organização do curso, perfil de formação, condições de ingresso, e outras informações contidas no PPC;
- Articular para a elaboração e cumprimento do calendário acadêmico e do PPC;
- Coordenar as atividades relacionadas aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), quanto ao levantamento continuado de demandas de orientandos, distribuição de orientadores aos alunos e planejamento de composição de bancas de defesa, quando requeridas, no âmbito da sua coordenação;
- Subsidiar o Pesquisador Institucional nas questões relacionadas aos processos inseridos no sistema de regulação do ensino superior, tais como plataforma do E-MEC e SISTEC;
- Acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico e de gestão no âmbito do curso que coordena e articular-se com o colegiado do curso, chefia imediata e geral e outros setores da instituição, para o desenvolvimento de ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes;
- Verificar salas, laboratórios e equipamentos, mensalmente, e propor a reposição, troca e conserto de móveis, equipamentos e materiais aos setores competentes, se for o caso;
- Coordenar a realização de eventos acadêmicos no âmbito do curso que coordena;
- Acompanhar, juntamente com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), as ações para a inclusão e diversidade no curso;
- Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais disponibilizados para o setor, em consonância com as diretrizes da Coordenação de Patrimônio e Almoarifado (CPALM), informando sempre que houver transferência de responsabilidade;
- Alimentar/acompanhar os sistemas de controle físicos e/ou virtuais, relativos ao curso, adotados pelo IFRO e os sistemas governamentais de uso obrigatório;
- Apresentar, anualmente e sempre que necessário, relatórios de atividades desenvolvidas no curso;
- Quando convocado, representar o colegiado em reuniões do DEPESP, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e órgãos do IFRO;
- Realizar outras ações próprias do setor ou que lhe sejam designadas pela chefia imediata.

5.2. COLEGIADO DO CURSO

O colegiado do curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica será composto por docentes do curso, sendo um deles o coordenador, ao qual compete:

- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes;
- Designar orientadores para os alunos do curso;
- Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;

- Planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no Calendário Acadêmico e Projeto Pedagógico de Curso;
- Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- Assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, e atividades acadêmico-científico-culturais;
- Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Coordenação de Pós-graduação/DEPESP;
- Planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;
- Propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;
- Propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc;
- Propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- Deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento dos discentes;
- Manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;
- Analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático-pedagógica no âmbito do curso que representa.

5.3. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO *CAMPUS*

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação. A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa. A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

5.4. ASSESSORAMENTO AO CURSO

A Coordenação de Pós-graduação, vinculada ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, é o setor que realiza instrução, acompanhamento e execução de ações relativas aos cursos de pós-graduação, que presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes aos cursos de pós-graduação; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino.

5.5. EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

5.6. COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

5.7. COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

5.8. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à (ao) (s):

- atendimento especializado/específico;
- adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática);
- avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada;
- tecnologias assistivas;

- apoio/acompanhamento pedagógico;
- produção de material didático;
- possibilidade de ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho);
- terminalidade específica (ver Resolução 2/2013/CNE/CEB).

6. INFRAESTRUTURA

6.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.1.1. Estrutura Física

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui área de implantação de aproximadamente quinze mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de sete mil metros quadrados, e disponibiliza infraestrutura adequada para o desenvolvimento do Curso. As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo *split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

O *Campus* possui diversas edificações localizadas ao longo de sua área de implantação, sendo caracterizadas conforme lista abaixo:

- **13 salas de aula:** todas equipadas com 1 projetor multimídia, 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio com acabamento em fórmica, um quadro de vidro, ar-condicionado *split*, cortinas tipo persianas, 1 mesa individual, 1 cadeira estofada e 1 televisor. Esses locais atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem;
- **1 bloco físico dedicado a atividades em EaD:** composto por 2 estúdios de gravação e produção de vídeos e sala de apoio técnico;
- **1 sala de coordenação de tutoria:** composta por estações de trabalho com equipamentos de informática e acesso a internet e demais materiais de apoio necessário ao exercício das atividades;
- **1 sala de professores:** com estações de trabalho individuais, espaço para atendimento aos alunos e armários para guarda de materiais;
- **1 biblioteca:** com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao Curso;
- **4 laboratórios de informática:** com computadores e softwares atualizados;
- **3 contêineres:** estações móveis de ensino da rede E-TEC, instalados em espaço físico adequado.

Além dessas infraestruturas consideradas essenciais para o funcionamento, o *Campus* conta também com outros espaços técnicos e administrativos que compõem a sua estrutura e um estacionamento descoberto para a guarda de veículos de funcionários e visitantes, com controle de acesso através de guarita. Destaca-se que o *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do *Curso*.

6.1.2. Recursos materiais

No que diz respeito aos recursos materiais, vale salientar que o *Campus* disponibiliza, tanto para os alunos quanto para os professores e para o administrativo, materiais de apoio necessários para realização de seus estudos e de suas atividades profissionais, destacando-se: computadores equipados com mouse e teclado, acesso à internet, impressoras, *scanners*, folhas de papéis, materiais pedagógicos (pinceis, apagadores, tesouras, cartolinas entre outros), caixas de som, projetores multimídia, telas de projeção, televisores, mesas, cadeiras, livros etc. Além disso, os setores de atendimento do *Campus* possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Nos polos são disponibilizados os seguintes recursos de hiperídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras, *scanners*, entre outros.

A Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA) é a responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive a instalação e a renovação de cenários, além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Além disso, a CPGA é a responsável geral pelas operações de gravação e transmissão das aulas dos cursos a distância, por meio do estúdio. Coordena a produção dos materiais audiovisuais de apoio aos cursos (externas); gerencia e alimenta o canal do *Campus* Porto Velho Zona Norte no *YouTube*, disponibilizando as aulas e externas *on-line*.

6.2. INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 está destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social plena. Na expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Porto Velho Zona Norte, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social e educacional, conforme descrito a seguir: instalação de corrimão em todos os acessos de escadas; sanitários em todos os blocos, para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 9050/ABNT; instalação de antiderrapante em todas as escadas e rampas; rampas e corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes; instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior; instalação de câmeras de segurança nas dependências da instituição; profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário; estacionamento e/ou

acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades específicas; instalação de piso podotátil direcional e placas dos ambientes com identificação em Braille.

Ainda com relação ao aspecto estrutural e o conforto nos atendimentos aos usuários com necessidades específicas, pode se citar a estrutura da biblioteca e a postura dos servidores em atender de maneira satisfatória todo o público que utiliza da estrutura de acordo com a Resolução nº 21 CONSUP/IFRO de 2015, que dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

6.2.1. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida**

O IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, além de garantir o acesso das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida no âmbito estrutural da instituição. Este acesso é favorecido por passagens de pedestres, percursos de entrada e de saída de veículos, banheiros adaptados, escadas e rampas adequadas à acessibilidade.

6.2.2. **Acessibilidade para alunos com deficiência visual**

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *Campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE.

6.2.3. **Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva**

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE.

6.3. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1. **Laboratórios**

O *Campus* Porto Velho Zona Norte coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos 04 Laboratórios de Informática, com as seguintes configurações: 2 Laboratórios com dimensões de 84m² cada, com 40 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor; 2 Laboratórios com dimensões de 52m² cada, com 25 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 8h às 22h30min. Todos os laboratórios contam com o software Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores, sendo prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

6.4. INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS

6.4.1. **Laboratórios Didáticos de Formação Básica**

Os laboratórios de informática dispõe de computadores com softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos. O laboratório de informática também disponibilizará software de apoio à análise e desenvolvimento de sistemas de informação. São requisitos mínimos do laboratório de informática do campus: computadores conectados à internet; nobreaks adequados para o bom funcionamento dos equipamentos; softwares: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados, etc., preferencialmente livres.

6.5. **Laboratórios Didáticos de Formação Específica**

O *Campus* também possui laboratório de *hardware*, de redes de computadores e de computação gráfica, com vistas ao atendimento das demandas educacionais relativas à instalação de sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para *desktop* e servidores, bem como para realização de manutenções de computadores de uso geral, instalação e configuração redes de computadores locais e para o desenvolvimento de competências relativas à área de Desenho Industrial como a criação de protótipos virtuais, maquetes eletrônicas, peças gráficas e animação.

6.6. BIBLIOTECA

6.6.1. **Espaço físico**

O *Campus* Porto Velho Zona Norte oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

6.7. OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Além dos ambientes já destacados, o *Campus* também conta com: 3 contêineres; 1 auditório; 1 quadra poliesportiva; 1 laboratório de monitoria; e com a incubadora.

7. TECNOLOGIA DE EAD

7.1. PRODUÇÃO EM EaD

O *Campus* Porto Velho Zona Norte será responsável pela gestão, desenvolvimento e oferta das disciplinas e dos materiais necessários ao aprendizado dos alunos. Será responsável também pela operacionalização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em EaD, bem como, pela gestão da produção das diversas mídias educacionais.

O Departamento de Produção de EaD articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. O *Campus* contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico administrativo especializado, para o atendimento às demandas específicas da área de produção do material pedagógico e com disponibilização aos estudantes no ambiente de aprendizagem. Estes setores são:

- a) **Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem:** Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.
- b) **Coordenação de Educação a Distância:** Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *campi* e coordenadores de polos.
- c) **Coordenação de Geração e Produção Audiovisual:** É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos audiovisuais.
- d) **Coordenação de Material e Design Instrucional:** Possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos impressos e/ou em formato digital.
- e) **Revisor Textual:** Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.
- f) **Coordenação de Gestão de Polos:** gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *campi* e coordenadores de polos.

7.2. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA), modela e gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/IFRO) – plataforma em que se desenvolvem atividades e avaliações na EaD. No AVA, disponibilizam-se todos os conteúdos e materiais de apoio dos cursos, bem como ferramentas de comunicação entre alunos, tutores e professores.

A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, a inovação e a manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI), esta coordenação elabora o projeto gráfico, formata, diagrama e ilustra os instrumentais impressos e em suporte eletrônico (slides de aulas, cadernos didáticos das disciplinas, materiais de apoio) de acordo com o desenho instrucional dos cursos a distância.

Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA), é responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive a instalação e a renovação de cenários, além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Além disso, a CPGA é a responsável geral pelas operações de gravação e transmissão das aulas dos cursos a distância, por meio do estúdio. Coordena a produção dos materiais audiovisuais de apoio aos cursos (externas); gerencia e alimenta o canal do *Campus* Porto Velho Zona Norte no YouTube, disponibilizando as aulas e externas *on-line*.

7.3. FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

O *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com as seguintes ferramentas de aprendizagem:

- **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)** - Todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas, ou seja, um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas com múltiplas possibilidades de desenvolver a aprendizagem.
- **Multimeios** - Serão disponibilizados *softwares*, vídeos educativos e periódicos que estarão disponíveis nos espaços virtuais destinados a este fim.
- **Biblioteca Virtual** - Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

7.4. ESTRUTURA DOS POLOS

O Curso contará com Polos de Apoio Presencial (PAPs) para atender os alunos matriculados nos *campi* onde for ofertado o curso. São unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para atendimento aos acadêmicos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno. Para ofertar o suporte necessário, o polo de apoio presencial conta com um Coordenador de Polo, que é responsável pelo acompanhamento e coordena as atividades do polo; responsável pela aplicação das atividades avaliativas presenciais de cada disciplina.

O Coordenador do Polo terá contato direto com a Coordenação do Curso. Todas as atividades e ações rotineiras da gestão do curso, deverão ser formuladas em um manual de procedimentos próprios a ser desenvolvidos pela Diretoria de Educação a Distância. Destarte, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades online, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

8. EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam

determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

1. Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018: estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;
2. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
3. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004: regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996;
4. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017: regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996;
5. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: cria os Institutos Federais;
6. Lei 9.279/1996: regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;
7. Lei 9.610/1998: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências;
8. Lei 9.609/1998: dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências;
9. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
10. Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011: dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
11. Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015: dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
12. Resolução nº 14/CONSUP/IFRO 2015: dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
13. Resolução nº 16/CONSUP/IFRO 2015: dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
14. Resolução nº 26/CONSUP/IFRO/2015: regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa (PIP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
15. Resolução nº 31/CONSUP/IFRO/2015: dispõe sobre o Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
16. Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018: dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO;
17. Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
18. Portaria nº 328, de 1º de fevereiro de 2005: dispõe sobre o Cadastro de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e define as disposições para sua Operacionalização;
19. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprova o Plano Nacional de Educação;
20. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, 2018;
21. Resolução nº 53/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2019: dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução nº 31/CONSUP/IFRO/2015, que trata do Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
22. Resolução nº 75/CONSUP/IFRO/2016: dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
23. Resolução nº 58/CONSUP/IFRO/2016: dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.
24. Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

9. EMENTAS

Disciplina: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária: 20h
Objetivos
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.
Ementa

Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Conteúdo
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: e-mail, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
LEMONS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem . Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte . v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância . São Paulo: Érica, 2014. 168 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada . São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: < https://moodle.org/?lang=pt_br >. Acesso em: 26 out 2018.
Bibliografia Complementar
BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância . Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p. BEHAR, Patricia Alejandra. Competências em Educação a Distância . Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância . 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf >. Acesso em: 26 out 2018. CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância . São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p. MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem . São Paulo: Érica, 2015. 112 p. MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. ABC da EAD . v. 1. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MATTAR, João. Guia de Educação a Distância . São Paulo: Cengage, 2011. 105 p. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: Uma Visão integrada . São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: Sistemas de Aprendizagem On-line . São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p. PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil . 1ª ed., 2018. Disponível em

Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.
Ementa
Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Conteúdo
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional . Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARDOSO, Rafael. **A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. 19&20**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

CARDOSO, Rafael. **A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. 19&20**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. **Trabalho e Ergologia**. Conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: EDUFF, 2007.

FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. 5 vol. Rio de Janeiro: SENAI-DN-DPA, 1986.

FREITAS, Lucas. O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelize: uma análise sócio-histórica. **Quaestio**, Sorocaba, v.12, p. 81-91, nov. 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **PNAD 2014: Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory Life: the construction of scientific facts**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1991.

MONTMOLLIN, M.; DARSEES, F. **A ergonomia**. 2ª. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011. MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Rev. Bras. de Estud. Pedagog.** [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;

WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua "História do ensino industrial no Brasil". **Revista brasileira de história da educação**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2002.

ROSE, M. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho**: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

SIGAUT, F. Haudricourt et la technologie (Préface). In: HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, F. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail... **Techniques & Culture**, 5253: 4049. 2009. Disponível em: <<https://tc.revues.org/4770>>. Acesso em: 03 maio 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1 e 2.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998a.

WENGER, E.; MCDERMOTT, R.; SNYDER, W. M. **Cultivating Communities of practice: a guide to managing knowledge**. Boston: Harvard Business School, 2002.

WISNER, Alain. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados de ergonomia. Trad. Roberta Leal Ferreira. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de a aprendizagem; • Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas; • Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.
Ementa
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.
Conteúdo
Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner.
Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BARBIER, J.-M. **Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios**. Brasília: Liber Livro, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;

WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. **S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Rio de Janeiro:

Boletim Técnico Senac, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**. v. I, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/552>>. Acesso em 8 ago. 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BILLET, S. **Aprendendo profissões pela prática: currículo, pedagogia e epistemologia da prática**. Dep. of Education and Professional Studies, Griffith University, Australia, 2018. Brochura resumo da teoria produzida no âmbito da pesquisa "Enhancing practice-based learning experiences: towards a curriculum, pedagogic and epistemology of practice", trad. Olivier Allain, Crislaine Gruber, Paulo Wollinger. Disponível em: <<https://vocationsandlearning.wordpress.com/resources/>>

BILLET, S. Learning through practice: beyond informal and towards a framework for learning through practice. In: **Revisiting global trends in TVET: Reflections on theory and practice** (pp. 123–163). Germany: UNESCO, 2013.

BILLET, S. Personal epistemologies, work and learning. **Educational Research Review**, Griffith University, Queensland, Australia, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2009.06.001>

BOTTI, Sérgio Henrique de Oliveira; REGO, Sergio. **Processo ensino-aprendizagem na residência médica**. Revista Brasileira de Educação Médica. v. 34, n. 1, p.132- 140, mar. 2010.

BOURGEOIS, E.; DURAND, M. **Apprendre au travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012. BRANCO, M. A. R. da V. Aprendizagem de Adultos - Andragogia. In: COLOMEISCHI, Aurora Adina. **Programa de Intervenção Social e Psicopedagógica para Pais**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2016.

BÜNNING, Frank. **Approaches to Action Learning in Technical and Vocational Education and Training (TVET)**. Bonn: Inwent, 2007. Disponível

em: <http://www.unevoc.unesco.org/fileadmin/user_upload/pubs/ActionLearning.pdf> Acesso em: 18 out. 2018.

CALVO, L. C. S. Comunidades de Prática: revisão dos estudos seminais e dos desenvolvidos na área de formação e atuação docente. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 20/1, p. 186-217, abr. 2017.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CESCON, Everaldo. Cognição situada e aprendizagem em contextos escolares. **Itinerário educativo**, ano xxx, n.º 68, jul.-dez. 2016, pp. 37-50. Disponível em:
<<http://revistas.usbbog.edu.co/index.php/Itinerario/article/download/2946/2533/>>

COELHO, Marcos Antônio; DUTRA, Lenise Ribeiro; MARIELI, Joane. Andragogia e heutagogia: práticas emergentes na educação. **Revista Transformar**, n. 8, 2016, Itaperuna, RJ. Disponível em:
<<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/87>>

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1991.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p.37-47, dez. 2015.

MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e. Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 177-190, abril de 2011. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100012&lng=en&nrm=iso> MJELDE, Liv. Aprendizagem por meio de práxis e compartilhamento: Lev Vygotsky e a Pedagogia da Educação Profissional. **B. Tec. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 41 n. 3, p. 30-53, set./dez. 2015. Disponível em:
<<https://pdfs.semanticscholar.org/ecef/6bf8b7d71e1fcb0c46356cced005e0952515.pdf>>

MULLER, B. C.; CAMPOS, C. R. P.; SOUZA, M. A. V. F. de. Inteligências múltiplas: alternativa para as diversas formas de aprendizagem. In: SOUZA, M. A. V. F. de.; SAD, L. A.; THIENGO, E. R. **Aprendizagem em diferentes temas: uma abordagem introdutória**. Vitória, ES: Ifes, 2015. Disponível em:
<https://educimat.cefor.ifes.edu.br/images/stories/Publica%C3%A7%C3%B5es/Livros/Livro-2-Aprendizagem-em-diferentes-temas_2016.pdf#page=77>PETTY, Geoffy. **Twenty Five Ways for Teaching Without Talking: presenting students with new material**. Sutton Coldfield College, fev. 2002. Disponível em: <<http://geoffpetty.com/forteachers/active-learning/>>. Acessado em: 01 abr. 2018.

RIBEIRO, Luis R. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES CARVALHO, M. J. (2013). Proposições e controvérsias no conectivismo. RIED. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, volumen 16, nº 2, pp. 09-31. Disponível em:
<<http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/download/9903/9446>>.

TOURMEN, Claire et al. The Piagetian Schème: a Framework to Study Professional Learning Through Conceptualization. **Vocations And Learning**, [s.l.], p.1-22, 10 mar. 2017. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s12186-017-9174-y>.

VERGNAUD, G. Au fond de l'action, la conceptualisation. IN: BARBIER, J.-M. (Org.) **Savoirs théoriques et savoirs d'action**. Paris: PUF, 1996. pp. 275-292.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998a.

WESTERN AUSTRALIA, Department of Training and Workforce Development (DTWD). **Designing assessment tools for quality outcomes in VET**. Perth, ed. 4. Government of Western Australia, 2013. Disponível em:
<<https://www.voced.edu.au/content/ngv%3A65904>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

WITT, Diego Teixeira; ROSTIROLA, Sandra Cristina. Conectivismo Pedagógico: novas formas de ensinar e aprender no século XXI. **Revista Thema**, v. 16, n. 4, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas/RS - Brasil, 2019.

Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.
Ementa
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.

Conteúdo
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação . São Paulo: Penso Editora, 2015. BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem . São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: < http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf >. CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons . Disponível em: < https://br.creativecommons.org/ >. Acesso em 31 de maio de 2020. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PONTES, E. O que é esse tal de copyright? . 2017. Disponível em: < https://eadbox.com/copyright/ >. Acesso em 31 de maio de 2020.
Bibliografia Complementar
CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos . Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf . Acesso em: 31 maio de 2020. GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital . Rio de Janeiro: Record, 2001. PORVIR. Tecnologias na Educação . Disponível em < https://porvir.org/especiais/tecnologia/ >. Acesso em 31 maio. 2020. SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação . São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf >. SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line . Tubarão: Ed. Unisul, 2005. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos . Disponível em: < http://www.rea.net.br/site/faq/#a2 >. Acesso em: 28 fev. 2018.

Disciplina: Didática Profissional

Carga Horária: 60h (40h teórica e 20h prática)
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica; • Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT; • Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.
Ementa
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da didática para a Educação Profissional. • Didática Profissional. • A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. • Atividade Pedagógica na Educação Profissional. • Planejamento do ensino na Educação Profissional. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. • Avaliação na Educação Profissional : funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. • Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.</p> <p>DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:</p> <p><https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf></p>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". **Revista Acadêmica da Unigranrio**. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BÉGUIN, P.; WEILL-FASSINA, A. "Da simulação das situações de trabalho à situação de simulação". In: Duarte, F. (Org.). **Ergonomia e Projeto na indústria de processo contínuo**. Editora Lucerna: Rio de Janeiro, 2002.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:

<https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

GUDWIN'S, Ricardo. **Aprendizagem ativa**. (Homepage). Unicamp, 2018. Disponível em:

<<http://faculty.dca.fee.unicamp.br/gudwin/activelearning>>. Acessado em: 06 abr. 2018.

MATTAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MJELDE, L. **Las propiedades mágicas de la formación en el taller**. Montevideú: OIT/Cinterfor, 2015. Disponível em:

<https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/propiedadesmagicas_web.pdf>

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza. Avaliação do aprendiz em EAD. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson do Brasil, 2009.

RIBEIRO, Luis E. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas: uma experiência no ensino superior**. São Carlos: EdUFScar, 2008.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UNESCO. **Enseñanza y formación técnica y profesional en el siglo XXI**. Recomendaciones de la Unesco. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126050_spa>

WEILL-FASSINA, A.; PASTRÉ, P. **As competências profissionais e seu desenvolvimento**. In: FALZON, P. Ergonomia. São Paulo: Blucher, 2007.

ZANONA, Roberta Castaldoni. **Educar por competências na formação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 60h

Objetivos

<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. • Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. • Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
Ementa
<p>Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.</p>
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. • Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. • Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. • Educação por competências: conceitos e abordagens. • Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. • Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico de certificações profissionais. • Currículo de PROEJA. • Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e Recursos Utilizados
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, consulta em 06/03/2020.</p> <p>JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.</p> <p>GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1.</p> <p>Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad.</p> <p>GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.</p>

Bibliografia Complementar
GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac , v. 45, p. 117-137, 2019.
GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia . São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education . Springer, 2017.
NORTON, Robert E. DACUM Handbook . 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997. PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. Revista brasileira Estudos pedagógicos , Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf >.

Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 40h
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. • Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. • Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência. • Conhecer as demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação profissional e as atribuições do professor de AEE.
Ementa
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas • O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência • A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. • Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas • Propostas curriculares inclusivas: adequações curriculares e metodológicas • Avaliação no processo ensino-aprendizagem • Acessibilidade e tecnologias • O atendimento educacional especializado
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes

possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em:

<https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. 1 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 04 abril 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em:< http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018. DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO FILHO, T. Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva. In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (orgs.). **Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa**. Marília: ABPEE, 2011, p. 71-82. Disponível em:

<www.galvaofilho.net/ta_inclusiva.pdf>.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em:< <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em

<2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299> <http://www2.marilia>

.unesp.br/revistas/iHYPERLINK "<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível:

<_06/editora/formacao.pdf"

HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ ediHYPERLINK "[http://abpee.net/homepageabpee04_06/](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)ediHYPERLINK "tora/formacao.pdf">.

Acesso em: 18 de maio de 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [Minha Biblioteca]

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil: da Exclusão à Inclusão Escolar**.

Pedagogia ao Pé da Letra, março de 2011. Disponível

em:<<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, S.P: Junqueira & Marins, 2013. PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014. ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria da

Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VALLE J. W. & CONNOR, D. J. (2014). **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. McGraw-Hill Editora, 240p.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola**. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

VALLE J. W. & CONNOR, D. J. (2014). **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. McGraw-Hill Editora, 240p.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - Projeto de Intervenção na Prática Docente
Carga Horária: 40h
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional • Compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP
Ementa
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Projeto de intervenção; • Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; • Implementação do Projeto de intervenção • Elaboração de relatório de atividades
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>

Bibliografia Básica
MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções . Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 1987.
THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005 VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: a observação . Brasília: Plano, 2003.
Bibliografia Complementar
DTE. Design Thinking para educadores . Disponível em < http://www.dtparaeducadores.org.br >. Acesso em 10 jul. 2017.

Disciplina: Libras
Carga Horária: 20h
Objetivos
Objetivo geral: Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais.
Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as concepções clínica e antropológica sobre a surdez; • Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos; • Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais; • Conhecer aspectos gramaticais da Libras; • Introduzir a prática da Língua Brasileira de Sinais nos contextos de comunicação;
Ementa
Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.
Conteúdo
Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.

Bibliografia Básica

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009..

FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. **Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor**. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010

Bibliografia Complementar

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Rafael dias. **Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Pearson, 2015.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

10. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação à Distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 2, p. 327-40, jul./dez. 2003.
- BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.
- BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 de out. de 2020.
- BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 22 de out. 2020.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de outubro de 2020
- BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. Disponível em: https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf
- BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acessado em 26 de outubro de 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 23 out. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 27 outubro de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 06 de abril de 2018.
- BRASIL. **Resolução nº 53 CONSUP/IFRO**, de 03 de outubro de 2019. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2019/9223-resolucao-n-53-consup-ifro-de-03-de-outubro-de-2019>. Acesso em: 10 out. 2019
- BRASIL. **Instrução Normativa 1/2018/REIT - PROPESP/REIT**. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Propesp/DOCUMENTOS/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_1_2018_PROPESP_-_A%C3%A7%C3%A3o_Afirmativa_P%C3%B3s-

Gradua%C3%A7%C3%A3o_IFRO.pdf

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital**: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien**. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. Disponível em:

<http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques

_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. **Haudricourt et la technologie**. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail**. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ANEXOS

ANEXO I - PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO		
Curso:		Modalidade:
Disciplina:	Ano/Semestre:	CH:
Professor(a):		
OBJETIVOS		

GERAL:				
ESPECÍFICOS:				
EMENTA				
AULA				
Conteúdo	Data	CH		
a)				
b)				
c)				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO AVA				
Atividade	Data de início	Data de entrega	Orientações/Tema	CH
METODOLOGIA GERAL				
RECURSOS BÁSICOS				
AVALIAÇÃO				
Critérios/Instrumentos				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
PARECER DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
<input type="checkbox"/> Deferido <input type="checkbox"/> Indeferido.

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DO DOCENTE COM O CURSO
(DE CADA DOCENTE COMPROMETENDO-SE A PREPARAR MATERIAL DIDÁTICO E MINISTRAR DISCIPLINA, CUMPRINDO SUA RESPECTIVA CARGA HORÁRIA)

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina _____, cumprindo com sua carga horária de _____.

Local, ____ de _____ de 20 .

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso